

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO E EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EQUIDADE PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

¹Adrielly Daiane Oliveira Nascimento, ²Sávio Luís Freitas Viana, ³Nicole Ellen Fernandes Xavier, ⁴Liliane Nara de Siqueira Bastos Melo, ⁵[Betânia Moreira de Moraes](#)

¹Discente de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, adriellydaine16@gmail.com;

^{2 e 3}Discentes de Enfermagem da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE;

⁴Preceptora do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - Sobral/CE, Sobral-CE;

⁵Orientadora/docente do curso de Direito da Universidade Estadual Vale do Acaraú - Sobral/CE.

A legislação atinente ao Sistema Único de Saúde (SUS) estabelece como um de seus princípios norteadores o princípio da igualdade da assistência à saúde, com o fito de consagrar um sistema livre de preconceitos e privilégios. Contudo, no que concerne ao acesso da pessoa com deficiência a serviços básicos e essenciais oferecidos pelo SUS, o regimento ainda mostra-se insuficiente. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva demonstrar a importância de atividades direcionadas ao letramento social acerca da pluralidade de seres que engloba a categoria da Pessoa com deficiência, tendo em vista o desenvolvimento e a efetivação de políticas públicas que propiciem a equidade a este grupo no âmbito do SUS. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, baseado na experiência vivenciada pelos bolsistas do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde). A aula foi ministrada para estudantes, preceptores e docentes, no dia 28 de outubro de 2024, no Centro de Ciências da Saúde, intitulada como: “Atenção à Pessoa com Deficiência”. O momento deu-se de maneira bastante interativa entre a palestrante, os alunos e demais membros do projeto de extensão, com o surgimento de diversas indagações no decorrer da explanação dos conceitos e dados apresentados em sala. Para a formação, os alunos contaram com momentos anteriores de capacitação sobre o tema, tendo sido disponibilizado o artigo “Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social” e o vídeo “Deficiência e Diferenças”. O aspecto fundamental da discussão concretizou-se em torno da distinção entre os entendimentos consolidados no decorrer da luta da pessoa com deficiência pela inclusão social e a verificação de seus impactos na legislação brasileira e seus desdobramentos no plano de atenção à saúde dessa população. A má distribuição geográfica dos profissionais, as barreiras atitudinais nos locais de tratamento, os estereótipos associados à pessoa com deficiência e o despreparo dos profissionais no cuidado humanizado com essa população, configuram-se como verdadeiros óbices para a consecução de mecanismos como a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Destarte, a educação voltada para o letramento social fomenta a conscientização sobre direitos e igualdade, essencial para que gestores e profissionais desenvolvam políticas que garantam acesso a serviços de saúde, educação, mercado de trabalho e participação social. A atividade formativa contribuiu para o desenvolvimento de um olhar mais sensível e informado sobre as necessidades da pessoa com deficiência, promovendo um debate essencial sobre a construção de um SUS mais justo e inclusivo. Esse processo é fundamental para a promoção da cidadania plena, onde a saúde é um direito acessível a todos, sem distinções ou exclusões. Dessa forma, é imprescindível que projetos como o PET se expandam e integrem mais práticas de ensino e extensão, atuando como agentes transformadores de atitudes e modelos de atendimento, a fim de garantir a equidade e a dignidade para todos os cidadãos, especialmente aqueles com deficiência.

Palavras-chave: Ensino; Pessoa com Deficiência; Equidade.

Agradecimentos: Agradecemos à Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) pela concessão da bolsa de extensão.